

## Clima e Cor: Raízes do Racismo Ambiental

Maiara Vieira Lopes, Colégio Santa Maria Minas Betim, [maiavlopes@gmail.com](mailto:maiavlopes@gmail.com)  
Sarah Alves Rezende, Colégio Santa Maria Minas Betim, [Sarah0177@gmail.com](mailto:Sarah0177@gmail.com)  
Victor Marques de Freitas Pimenta, Colégio Santa Maria Minas Betim,

[victorpimenta2010@gmail.com](mailto:victorpimenta2010@gmail.com)

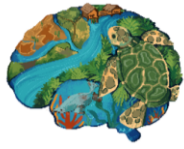
Talita Carolina de Souza, Colégio Santa Maria Minas Betim, [talitasousa0909@gmail.com](mailto:talitasousa0909@gmail.com)  
Graciele Batista Gonzaga, Colégio Santa Maria Minas, [graciele.gonzaga@pucminas.br](mailto:graciele.gonzaga@pucminas.br)

**Categoria:** D

**Palavras-chave:** racismo, ambiental, clima, vulnerabilidade, desigualdades.

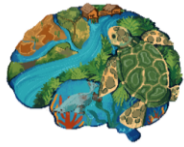
### Resumo expandido

O presente projeto, intitulado “Clima e Cor: Raízes do Racismo Ambiental”, desenvolvido por discentes do Ensino Médio do Colégio Santa Maria Minas, em Betim-MG, constitui-se em uma iniciativa de caráter acadêmico, social e formativo que busca, por meio da pesquisa científica, lançar luz sobre as complexas e multifacetadas relações entre desigualdades raciais, vulnerabilidades socioeconômicas e exposição diferenciada a riscos ambientais, processo que, quando analisado em sua totalidade, configura o fenômeno conhecido como racismo ambiental. Tal investigação parte do reconhecimento histórico de que determinadas populações — em especial comunidades negras, periféricas, indígenas e quilombolas — encontram-se em posição estruturalmente desfavorecida no que se refere ao acesso a recursos, direitos e condições básicas de vida, situação que se agrava de forma significativa quando somada aos efeitos de inundações recorrentes, precariedade dos serviços de saneamento, poluição atmosférica e hídrica, insuficiência de áreas verdes e ausência de políticas públicas efetivas, resultando em um cenário de exclusão socioespacial e negligência institucional. A pesquisa, concebida em uma perspectiva metodológica abrangente e plural, fundamentou-se em revisão bibliográfica e documental a partir de autores de referência e bases oficiais, como IBGE, Fiocruz e MapBiomias, aliando esse levantamento a uma etapa empírica realizada no bairro Citrolândia, em Betim, onde se desenvolveu um trabalho de campo composto por observação direta, produção de registros fotográficos sistemáticos, elaboração de álbuns de registros e condução de entrevistas



semiestruturadas com moradores e gestores públicos, de modo a captar percepções, vivências e narrativas que enriquecessem a compreensão do objeto de estudo. Ademais, foram elaborados produtos acadêmico-culturais, como um documentário e uma proposta de redação, ambos concebidos com a finalidade de dar visibilidade às análises e ampliar o alcance social da pesquisa, demonstrando o compromisso do projeto não apenas com a produção de conhecimento, mas também com a disseminação e a conscientização pública acerca da temática investigada. Os resultados alcançados evidenciaram a existência de uma sobreposição significativa entre o perfil demográfico e a vulnerabilidade socioambiental, revelando que territórios com predominância de população negra e de baixa renda apresentam de maneira sistemática maior incidência de enchentes, déficit de infraestrutura urbana, saneamento precário e contato direto com fontes de contaminação, corroborando de forma inequívoca a tese do racismo ambiental e reafirmando que se trata de um fenômeno estrutural, de raízes históricas e de impactos persistentes. Conclui-se, portanto, que há uma necessidade urgente e inadiável de formulação e implementação de políticas públicas intersetoriais, inclusivas e antirracistas, voltadas à superação dessa lógica excludente e discriminatória, destacando-se, nesse contexto, que o documentário, os álbuns de registro, a proposta de redação e as visitas de campo desempenharam papel decisivo não apenas como instrumentos de validação empírica da pesquisa, mas também como ferramentas de mobilização social e de educação, ampliando a conscientização coletiva, fortalecendo a capacidade de agência das comunidades impactadas e proporcionando um espaço de diálogo crítico entre ciência, sociedade civil e poder público. Assim, o estudo reafirma de forma contundente que a equidade ambiental deve ser compreendida como um requisito indispensável para a concretização da justiça social, constituindo uma demanda ética e política que convoca a atuação conjunta e articulada de diferentes setores da sociedade, incluindo o Estado, organizações civis, instituições educacionais e a própria comunidade, numa perspectiva de construção coletiva de um futuro mais justo, sustentável e igualitário.

## **Referências**



**13ª Feira Brasileira de Trabalhos de Iniciação Científica  
na Educação Básica e Técnica – 13ª Febrat**

---

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização dos conflitos sociais e justiça ambiental.** Estudos avançados, v. 24, n. 68, p. 105-121, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 29 jul. 2025.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma outra globalização: pensamento único e diversidade.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual de Cobertura e Uso do Solo no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Política Nacional de Meio Ambiente.** Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/legislacao-ambiental/politica-nacional-do-meio-ambiente>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Economia ou Economia Política da Sustentabilidade.** São Paulo: Editora 34, 2012.